

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.572, DE 2024

Nomeia de “Ponte Hélio Nogueira Lopes” a futura ponte sobre o Rio São Francisco - ligando os municípios de Penedo/AL e Neópolis/SE, na rodovia BR-349/AL/SE.

Autor: Deputado LUCIANO AMARAL

Relator: Deputado RENILDO CALHEIROS

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Luciano Amaral, tem por escopo nomear “Ponte Hélio Nogueira Lopes” a futura ponte sobre o Rio São Francisco que liga os municípios de Penedo, no Estado de Alagoas, e de Neópolis, no Estado de Sergipe, localizada na rodovia BR-349/AL/SE.

O autor registra, em sua justificação, que Hélio Nogueira Lopes manteve consultório médico pediátrico em Penedo, onde iniciou sua vida profissional e política, relatando diversos momentos de sua atuação em prol da comunidade:

Na época como médico, cruzou o rio São Francisco e cuidou dos operários da fábrica Peixoto Gonçalves, no Distrito de Passagem, município de Neópolis, e foi, durante mais de três décadas como pediatra das crianças da creche mantida pela empresa têxtil.

O anseio de busca por melhorias para o povo o motivava sempre ir além, e ademais de seus conhecimentos e habilidades como médico pediatra, atuou como provedor e médico da Santa Casa de Misericórdia; Secretário de Saúde e Serviço Social; Presidente da Companhia de Educandário Gratuitos de Penedo; Superintendente da SUAVAL e Deputado Estadual por três legislaturas.



Quando ainda jovem aos 34 anos, Hélio, exerceu o cargo de Prefeito de Penedo, eleito pelo PTN/UDN - Partido Trabalhista Nacional e União Democrática Nacional, cujo mandato teve início em 31 de janeiro de 1956 e término em 31 de janeiro de 1961.

O projeto tramita em regime ordinário e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (arts. 24, II, e 151, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD), tendo sido despachado à Comissão de Viação e Transportes e à Comissão de Cultura, para análise do mérito, bem como à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A **Comissão de Viação e Transportes** votou pela **aprovação** do projeto e, da mesma forma, o fez a **Comissão de Cultura**.

A matéria seguiu para esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O **Projeto de Lei nº 1.572, de 2024**, vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise exclusivamente da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (arts. 54, I e 139, II, “c”, do RICD).

Quanto à **constitucionalidade formal** da proposição, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa e ao meio adequado para veiculação da matéria.

O projeto de lei em questão disciplina matéria relativa a trânsito e a cultura, as quais se inserem no âmbito da competência legislativa da União (art. 22, XI, e art. 24, IX, ambos da CF/88). É legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de



projeto de lei ordinária, uma vez que não há exigência constitucional de lei complementar ou de outro veículo normativo para disciplina do assunto.

No que tange à **constitucionalidade material**, não vislumbramos qualquer ofensa aos princípios e preceitos inscritos na Lei Maior. Além disso, a proposição é dotada de **juridicidade**, uma vez que foi elaborada em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor, especialmente com o disposto no art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, o qual assevera:

“Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.”
(grifamos)

Por fim, **no que tange à técnica legislativa**, a matéria encontra-se em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata das normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis.

Isto posto, nosso voto é pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.572, de 2024.**

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado RENILDO CALHEIROS
Relator

2025-5950

